

Jornal

30 de Agosto



Set/Out 2009

Eu ensino*Eu educo**Eu politizo**Eu formo*

Nós construímos o amanhã. Somos educadores(as)!



Homenagem da APP-Sindicato aos Educadores(as) do Paraná.

15 de OUTUBRO - ATO PÚBLICO EM CURITIBA

Pela valorização dos educadores(as) do Paraná

9 horas | Centro Cívico

Em frente ao Palácio das Araucárias



Reivindicações e conquistas da categoria

Pg. 03



Em Brasília, APP cobra aplicação da Lei do Piso Nacional

Pg. 06



APP atua junto aos professores municipais em todo o Estado

Pg. 09



Campanha do Pré-Sal é intensificada em todo o País

Pg. 11

Geral >>>

15 de outubro: com luta e afeto

Companheiros e companheiras de travessia,

A famosa citação do revolucionário Che Guevara: "Hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás" tem orientado a nossa ação enquanto categoria. A história de atuação dos educadores paranaenses é embebida de nobreza, de ousadia de luta e de elementos de ternura e afeto. Afeto que transcende o indivíduo e o particular (sem os negarem) para a dimensão da coletividade, da valorização do outro, esta vista na perspectiva de sua emancipação enquanto humano. Olhamos para o outro, para a outra não como o concorrente. Olhamos como o companheiro, a companheira. Companheiro no sentido daquele que reparte o pão, que reparte as frustrações, as alegrias, as vitórias e conquistas.

É com este espírito que queremos saudar todos os educadores e educadoras do Paraná, pelo dia dos professores (15 de outubro) e o dia dos servidores públicos (28 de outubro).

Nossa homenagem especial a todos aqueles e aquelas ousados lutadores que vem cotidianamente construindo a história da educação pública do Paraná e, consequentemente, contribuindo para a construção de uma sociedade melhor.

15 de outubro - dia de comemoração e luta

Neste quinze de outubro, data simbólica da educação, com a sua participação realizaremos um grande ato público pela valorização de nossa profis-

são, pela equiparação salarial e pela melhoria do atendimento da saúde dos educadores. É fundamental que cada escola e os coletivos regionais de aposentados enviem delegações para Curitiba neste dia.

O ato público será pela manhã em Curitiba e à tarde acontece uma audiência pública específica sobre a saúde dos educadores e servidores públicos do Estado. Participe!

Pré-sal e educação

O governo brasileiro acaba de divulgar a descoberta de grandes reservas petrolíferas na camada do Pré-sal. Isto possibilita pensarmos em dias melhores para o país. Os movimentos sociais em todo Brasil têm se manifestado sobre o tema. Defendemos que estes novos recursos oriundos do petróleo sejam investidos em políticas sociais, entre estas a educação. Nós não podemos ficar à parte deste debate. Há grandes interesses econômicos em jogo neste tema, em especial o das multinacionais do petróleo.

Se nos omitirmos neste momento, estas novas riquezas do país tornarão mais ricas as grandes corporações econômicas mundiais do petróleo.

O povo brasileiro precisa ser de fato beneficiado com as riquezas naturais do país.

Boa leitura!

Diretoria Estadual da APP-Sindicato

Tabela de Vencimentos dos Professores - Jornada 20 horas

	NÍVEIS	Classes										
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PDE	Nível III	1.577,69	1.656,57	1.739,40	1.826,37	1.917,69	2.013,58	2.114,26	2.219,97	2.330,97	2.447,52	2.569,90
Especialização	Nível II	922,44	968,56	1.016,99	1.067,84	1.121,23	1.177,29	1.236,16	1.297,97	1.362,86	1.431,01	1.502,56
Lic. Plena	Nível I	737,95	774,85	813,59	854,27	896,98	941,83	988,92	1.038,37	1.090,29	1.144,80	1.202,04
Lic. Curta + Adic.	Nível Esp. III	627,27	658,63	691,57	726,14	762,45	800,57	840,60	882,63	926,76	973,10	1.021,76
Lic. Curta	Nível Esp. II	553,47	581,14	610,20	640,71	672,75	706,38	741,70	778,79	817,73	858,61	901,54
Magistério	Nível Esp. I	516,56	542,39	569,51	597,98	627,88	659,28	692,24	726,85	763,19	801,35	841,42

OBS: AUXÍLIO TRANSPORTE (AT) por 20H - R\$ 215,28

Tabela Salarial dos Funcionários - ATUALIZADA COM 6%

Agente Educacional I		Agente Educacional II	
Nível		Nível	
1	R\$ 667,10	19	R\$ 1.305,40
2	R\$ 692,45	20	R\$ 1.355,01
3	R\$ 718,76	21	R\$ 1.406,49
4	R\$ 746,08	22	R\$ 1.459,94
5	R\$ 774,43	23	R\$ 1.515,42
6	R\$ 803,85	24	R\$ 1.573,01
7	R\$ 834,40	25	R\$ 1.632,78
8	R\$ 866,10	26	R\$ 1.694,82
9	R\$ 899,02	27	R\$ 1.759,23
10	R\$ 933,18	28	R\$ 1.826,08
11	R\$ 968,65	29	R\$ 1.895,47
12	R\$ 1.005,45	30	R\$ 1.967,50
13	R\$ 1.043,66	31	R\$ 2.042,26
14	R\$ 1.083,32	32	R\$ 2.119,87
15	R\$ 1.124,49	33	R\$ 2.200,42
16	R\$ 1.167,22	34	R\$ 2.284,05
17	R\$ 1.211,57	35	R\$ 2.370,84
18	R\$ 1.257,62	36	R\$ 2.460,93

OBS: AUXÍLIO TRANSPORTE - R\$ 200,13

A tabela do QPPE pode ser acessada em nosso portal: www.app.com.br

AGENDA

Outubro

- 14 • Conferência Livre de Comunicação de Ponta Grossa
- 15 • **Mobilização:** Ato Público e Audiência Pública de Saúde
- 17 • Jantar dançante em homenagem ao dia do professor e do funcionário público em Londrina
- 18 • Conferência Livre Regional de Campo Mourão
- 19 • Conferências Livre Regionais de Curitiba e Região Metropolitana, Cascavel, Toledo e Maringá
- 20 • Conferência Livre Regional de Guarapuava
- 23 • Baile em homenagem ao dia do professor e do funcionário público em Curitiba - Clube Morgenau
- 28 • Dia dos Servidores Públicos - Ato público em Curitiba

Novembro

- 06, 07 e 08 • Conferência Estadual de Comunicação
- 11 • Marcha do Salário Mínimo
- 13 e 14 • 29º Plenária do Fórum Paranaense da Escola Pública
- 20 • Dia Nacional da Consciência Negra

EXPEDIENTE



APP-Sindicato - Filiada à CUT e à CNTE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Rua Voluntários da Pátria, 475, 14º andar, CEP 80.020-926, Curitiba, Paraná - Fone (41) 3026-9822. Fax (41) 3222-5261 • Site: www.app.com.br • Presidente: Marlei Fernandes de Carvalho; Sec. Imprensa e Divulgação: Luiz Carlos Paixão da Rocha. Jornalistas: Andréa Rosendo (4962-PR), Edianês Vieira (7704-RS), Simone Giacometti (4441-PR) e Valnisia Mangueira (893-SE) - Projeto Gráfico e diagramação: Rodrigo Augusto Romani (7756-PR). Impressão: Gráfica World Laser - Tiragem: 55 mil exemplares.

Gestão Independência, Democracia e Luta - 2008-2011

- Marlei Fernandes de Carvalho - Presidente
- Isabel Catarina Zöllner - Secretaria Geral
- José Rodrigues Lemos - Secretaria de Políticas Sindicais
- Janeslei A. Albuquerque - Secretaria de Educação
- José Valdivino de Moraes - Secretaria de Funcionários
- Miguel Angel Alvarenga Baez - Secretaria de Finanças
- Clotilde Santos Vasconcelos - Sec. Adm. e Patrimônio
- Edilson Aparecido de Paula - Secretaria de Municipais
- Luiz Carlos Paixão da Rocha - Sec. Imprensa e Divulgação
- Áurea de Britto Santana - Secretaria de Assuntos Jurídicos
- Tomiko Kiyoku Falleiros - Secretaria de Aposentados
- Silvana Prestes Rodacoswiski - Secretaria de Políticas Sociais
- José Ricardo Corrêa - Secretaria de Organização
- Maria Madalena Ames - Sec. de Formação Política Sindicais
- Mariah Seni Vasconcelos Silva - Secretaria de Sindicais
- Lirani Maria Franco da Cruz - Sec. Gênero e Igualdade Racial
- Idemar Vanderlei Beki - Secretaria de Saúde e Previdência

Negociações >>>

Educadores voltam às ruas em busca de equiparação salarial e melhorias no atendimento à saúde

Ato público no próximo dia 15 de outubro - Dia do Professor(a) - reunirá educadores de todo o Estado em Curitiba

No Dia do Professor e da Professora (15/10) educadores de todo o Estado participarão, em Curitiba, de manifestação em defesa da equiparação salarial e da audiência pública sobre a saúde do servidor público. As atividades, definidas na última assembleia da APP-Sindicato, ocorrida em 19 de agosto, iniciam, às 9 horas, em frente ao palácio das Araucárias (Centro Cívico) e, no período da tarde, às 14 horas, os educadores seguem para o plenário da Assembleia Legislativa do Paraná.

A equiparação salarial, já iniciada em março deste ano, faz parte da pauta de reivindicações do segundo semestre. A categoria busca a equiparação salarial dos educadores com os demais servidores públicos, cujo ingresso no Estado exige o ensino superior. O reajuste salarial para alcançar a meta pretendida é de 25,97%.

Saúde em pauta - Ainda no dia 15 a APP promove uma audiência pública sobre a questão da saúde. Esta audiência convocada pela APP e pelo mandato do Deputado Lemos é de suma importância, ressalta o secretário estadual de Saúde e Previdência, Idemar Beki. Esta será uma oportunidade para a categoria apresentar o seu descontentamento

com o modelo de atendimento à saúde ofertado aos servidores públicos. O objetivo é propor - a partir de sugestões dos servidores públicos - um modelo de gestão pública de saúde para o Estado que promova a melhoria no atendimento. O atual sistema tem apresentado falhas como ausência de especialistas, dificuldades dos usuários para agendar consultas, morosidade no atendimento, horário de atendimento, entre outras.

Calendário de lutas - Na última assembleia estadual extraordinária da APP-Sindicato, a categoria também definiu um intenso calendário de mobilizações. Confira:

09 a 11/10 - 7ª Conferência da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Cerca de 340 trabalhadores da educação participarão, no Hotel Nacional, em Brasília, da 7ª Conferência Nacional de Educação da CNTE para consolidar a posição dos educadores sobre a construção do Sistema Nacional Articulado de Educação (SNE) e do novo Plano Nacional de Educação (PNE). Esses dois temas serão debatidos na Conferência Nacional de Educação (CONAE) a ser realizada em 2010 pelo MEC.

13 e 14/11 - Plenária do Fórum Para-



Fotos: Guilherme Artigas

Educadores do Paraná cobram equiparação salarial de 25,97%

naense em Defesa da Escola Pública.

A APP-Sindicato e demais entidades ligadas à educação realizarão a 29ª Sessão Plenária do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública no Auditório da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP, em Curitiba. A atividade tem por objetivo consolidar propostas que deverão ser encaminhadas à etapa estadual da Conae, a qual deve ocorrer até o final do ano.

28/10 - Ato público do Dia dos

Servidores Públicos. Desde o final de setembro, o Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores do Estado do Paraná vem realizando uma série de plenárias regionais com o intuito de socializar informações para preparar a mobilização dos servidores nesta data, que será realizada em frente ao Palácio das Araucárias. As plenárias também são realizadas para instituir e criar núcleos ou representações regionais do Fórum, visando sua descentralização.

Mobilizações fortalecem reivindicações da categoria

APP defende aplicação do PSPN

O centro de Curitiba foi palco da manifestação organizada pelos educadores de várias partes do Estado em defesa da implantação do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) da categoria. O ato público pró-aplicação da Lei 11.738/2008 - realizado no último 16 de setembro - reuniu educadores, parlamentares, dirigentes da APP-Sindicato e de entidades como o Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (Sismmac) e Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba (Sismuc), bem como deputados estaduais e vereadores ligados à bandeira da Educação.

Durante a atividade, organizada localmente pela APP-Sindicato, e nacionalmente pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) a presidente da APP, Marlei Fernan-

des de Carvalho explicou que a Lei 11.738/2008 que institui o piso em R\$ 1.132,40 (valor corrigido sobre os R\$ 950,00 do salário-base definido na lei) está sendo questionada judicialmente por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin - N°4167), impetrada por cinco governadores - inclusive o governador Requião - contrários a mesma. (Veja matéria sobre a mobilização nacional na página 6).

Hora-Atividade - Aprovada, o texto da lei definiu ainda que a hora-atividade seria correspondente a 33% da jornada de trabalho. Assim, em uma jornada de 40 horas semanais, 2/3 da carga horária seriam destinados ao trabalho em sala de aula e 1/3 para pesquisas e preparação dos docentes fora da sala de aula. A legislação beneficia mais de 2 milhões de trabalhadores.

"Dia de Luto e de Luta" foi marcado por debates nas escolas

Diferentemente dos anos anteriores, a tradicional caminhada dos educadores do centro de Curitiba até o centro cívico no dia '30 de agosto' não ocorreu este ano. Foi substituída por atividades nas escolas. A mobilização do 'Dia de Luta e de Luta' dos trabalhadores em educação pública foi cancelada em virtude da gripe Influenza A (H1N1). Para relembrar a memória da violência ocorrida contra os professores em 1988, a APP-Sindicato distribuiu nas escolas uma edição especial do Jornal 30 de Agosto e um vídeo sobre os 21 anos da data.

Na ocasião, os educadores ministraram aulas de 30 minutos - em vez de 50 - para que os educadores realizassem debates nas escolas. Em Curitiba, dirigentes da APP acompanharam as atividades e puderam falar sobre as negociações com o governo e as conquistas atuais da entidade.



A presidente da APP vê na data e na mobilização um momento de reflexão. Para ela, o '30 de agosto' registra anos de intensa luta, resistência e união da categoria em defesa da educação pública e gratuita.

O secretário de Imprensa e Divulgação da APP, Luiz Paixão, ressaltou que relembrar a data não é eternizar um momento sombrio, pois esta promove a disposição em lutar, deixando a cada ano a mensagem de que a educação precisa ser prioridade, seja qual for o governo.

A mobilização do 30 de Agosto apresenta reivindicações da categoria que vão da luta salarial à permanente busca pela educação de qualidade, passando pela valorização na carreira e melhoria na saúde e nas condições de trabalho dos educadores.

Negociações >>>

Reivindicações e conquistas na mesa de negociação

Cargo de 40 horas, nomeações dos concursados, licença especial, pagamento da promoção dos professores e funcionários de escolas e equiparação salarial, entre outros, são os principais assuntos da pauta de negociação entre Direção da APP e Seed (Secretaria de Estado da Educação). As reivindicações ficam fortalecidas neste momento em que também a categoria comemora uma importante conquista: o Cargo de 40 horas.

No final de setembro, a Direção da APP-Sindicato esteve em reunião com a Seed para debater ponto por ponto das reivindicações de interesse de professores e funcionários. Veja a seguir o andamento das negociações:

Promoções em atraso - Depois de um processo intenso de negociação e debate acerca das finanças do Estado, a Seed comunicou que a implementação da promoção referente ao mês de setembro será paga em folha complementar até o dia 15 de outubro. A Direção da APP-Sindicato cobra agora o pagamento de todo o atrasado. Para muitos professores/as há atrasos desde outubro de 2008 e para os Funcionários/as desde janeiro deste ano.

Progressão - Aconteceu em 25 de setembro a primeira reunião da Comissão de Elaboração da Nova Proposta de Avaliação do Docente, em relação ao



Direção da APP e Seed na mesa de negociação no dia 14 de setembro

desempenho e ao estágio Probatório. A presidente da APP-Sindicato, Marlei Fernandes de Carvalho, e o secretário de Municipais, Edilson Aparecido de Paula, representam a APP-Sindicato nesta Comissão, que foi instituída pela Portaria 174/09, de 22 de setembro de 2009. A APP-Sindicato reivindicou que o primeiro debate seja da Avaliação de Desempenho dos/as Funcionários/as de Escola, já que estes deveriam ter realizado a primeira progressão em agosto e até o presente momento a Seed não formulou nenhuma proposta. Também foram debatidos princípios mais gerais que tanto cabem ao desempenho dos/as Professores como também dos/as Funcionários: avaliação não pode ser meritocrática e punitiva; deve estar aliada ao processo de formação continuada; deve ser realizada na perspectiva da superação dos problemas encontrados; também deve ser realizada de forma coletiva.

Licença especial - Após um processo intenso de negociação, o governo liberou os pedidos de licença especial. Inicialmente só havia liberado 1.300 licenças. A atuação da APP foi decisiva para a liberação das licenças.

PDE - A Seed entregou para a direção da APP a proposta de projeto de lei de regulamentação do PDE. O PL é fruto de vários debates entre o sindicato e o governo. Nos próximos dias a direção da APP debaterá a proposta com a Seed, a fim de que o projeto de Lei seja remetido à Assembleia Legislativa o mais rápido possível. Outra proposta de PL também entregue para os sindicalistas foi a que acrescenta, na Lei Complementar 103 (Plano de Carreira do Professor), a progressão de classes na carreira - em qualquer nível - para os professores que realizarem mestrado ou doutorado, além da proposta de liberação para a conclusão do mestrado e doutorado.

Auxílio Transportes dos funcionários - A APP tem cobrado do governo o pagamento do auxílio transporte para todos os funcionários, independentemente do vínculo de trabalho, assim como acontece com os professores. Cobrou também o período noturno para todos que trabalham à noite. A questão ainda não foi definida, pois há visões divergentes dentro do governo.

Saúde - Outro assunto de destaque são as preocupações da categoria com relação ao SAS (Sistema de Atendimento ao Servidor) e a necessidade de criação de um projeto de saúde que conte com programas específicos de prevenção para professores e funcionários. A APP cobra ainda do governo que o atendimento de perícia médica seja melhorado, já que os professores e funcionários não têm recebido atendimento adequado.

PL 219 - Uma importante conquista ocorrida após o 30 de Agosto foi a retirada pelo governo do projeto de lei 218/09. Este projeto tratava da avaliação de desempenho e sua retirada foi comemorada pelos educadores pois o mesmo trazia prejuízos para a categoria.

Cargo de 40 Horas: uma conquista da categoria

O anúncio da publicação do edital do Cargo de 40 horas foi recebido pela categoria como uma grande conquista, já que o tema fazia parte da pauta de reivindicação há vários anos

A publicação do Edital N° 319/2009, referente à inscrição para a alteração do regime de trabalho (cargo de 40 horas) marcou, no mês de setembro, o coroamento de uma conquista da categoria. As inscrições serão encerradas no dia 17 de outubro.

Na última reunião da Seed, os dirigentes da APP fizeram uma série de questionamentos em relação às vagas disponibilizadas pela Seed para opção ao cargo de 40 horas. Vários esclarecimentos foram feitos pela Seed. A APP está acompanhando cada passo a fim de que a categoria fique segura sobre todo o processo de implementação da opção ao cargo de 40 horas.

A direção da APP ressaltou a importância da aprovação da lei dos critérios para o Cargo de 40 horas ainda este ano e reivindicou a necessidade de constar na lei a realização anual da oferta a alteração da jornada. A Seed pretende realizar uma nova oferta do cargo de 40 horas em janeiro de 2010. Em relação à lei, houve o compromisso do governador em aprovar aprová-la após a primeira oferta de opção.

Regra geral do Cargo de 40 horas:

Possibilita ao professor efetivo, mediante a existência de vagas, a opção de alterar a jornada de trabalho do cargo. Nas seguintes situações: cargo de 10 para 20 horas-aula; de 20 para 40 horas-aula.

- O(a) professor(a) com dois cargos, ao optar pelo cargo de 40 horas, exonerará um e fará a alteração para 40 horas no outro cargo.

Classificação:

A oferta das vagas para opção ao cargo de 40 horas será efetuada de acordo com a classificação dos professores (as) inscritos no processo.

- O critério para esta classificação é o tempo de serviço por disciplina de concurso. Foi considerado a somatória do suprimento diário do professor(a), em funções do magistério na rede estadual da educação básica, no período de 01/01/1991 a 31/05/2009.
- Serão contabilizados os tempos efetivo, celetista,

Paranaeducação, aulas extraordinárias, serviço extraordinário, TIDE e PSS.

Vagas:

Foram apresentadas através de edital N° 309/2009 e ofertadas por disciplina e estabelecimento de ensino.

- As vagas dos professores (as) aprovados (as) no concurso público de 2007 foram reservadas e não entram nas vagas para opção ao cargo de 40 horas.

Aposentadoria:

O tempo de contribuição do cargo de 20 horas do professor será levado para o novo cargo de 40 horas.

Para saber mais:

Para saber mais sobre a alteração do regime de trabalho, sintonize a Rádio Web da APP.

No Portal www.appsindicato.org.br, o professor encontra matérias e a gravação com explicações sobre o cargo de 40 Horas. A APP enviou aos núcleos sindicais um DVD com as explicações sobre o assunto.

Funcionários >>>

Maioria dos funcionários faz opção por novo plano

Para secretário de Funcionários da APP, quem conhece o QPPE sabe das desvantagens e opta pelo QFEB

Dos 3.347 funcionários de escola aprovados no concurso realizado em 2006, para agente educacional I, e convocados para fazer a opção de provimento – se pelo Quadro de Funcionários da Educação Básica (QFEB) ou pelo Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE) –, a maioria optou pelo primeiro.

A informação foi dada pelo secretário de Funcionários da APP-Sindicato, José Valdivino de Moraes. Segundo ele, a escolha pelo novo plano era a opção lógica. “Imagine que aqueles que optaram pelo QPPE terão que permanecer dez anos na classe 3 para, daí, participar do processo de promoção”, ressaltou.

Valdivino também comentou que outros 123 funcionários, impedidos de fazer esta mesma opção em dezembro de 2008 e automaticamente incluídos no QPPE, agora também tiveram a oportunidade de escolher em qual quadro permanecer.

“Sendo assim, ficamos, basicamente, com mais de 90% do segmento de funcionários no plano de carreira

da educação. Compreendemos que é este o quadro para todos aqueles que querem se transformar em profissionais da Educação, inclusive com a formação específica. Hoje, no Paraná, já temos mais de 4 mil funcionários reconhecidos como educadores pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [LDB], por conta da aprovação da lei 12.014/2009”, destacou.

Sobre a convocação de concursados, Valdivino reafirmou o compromisso da APP em continuar lutando pelo chamamento de outros funcionários, aprovados nos concursos de 2005 e 2006. Foi esta luta da entidade, inclusive, que garantiu a extensão dos prazos de validade dos dois certames e as novas nomeações.

ProFuncionário – Mas, além da opção do plano, outro importante passo para a carreira dos funcionários de escola é o ProFuncionário. O secretário de Funcionários da APP lembra que, quando instituído, o programa incenti-



O 3º Encontro Estadual de Funcionários realizado pela APP em junho de 2008, teve por objetivo debater plano de carreira dos funcionários

Foto: Guilherme Artigas

vava Estados e municípios a fazerem convênios com o Ministério da Educação (MEC).

Através desta parceria, são ofertadas as cinco habilitações: técnico em Biblioteconomia, Alimentação Escolar, Infraestrutura Escolar, Secretaria Escolar e Multimeios Didáticos Escolar. No entanto, segundo Valdivino, o MEC não pode obrigar os governos estaduais e municipais a transformar o programa em política pública definitiva.

“Por isto, estamos trabalhando, junto ao MEC, para que estes cursos sejam ofertados através da rede federal de ensino, nos Institutos Federais de Educação, antigos Cefets”, explica ele, informando também que a oferta de cursos superiores específicos para este segmento está sendo pensada.

CONCURSOS PÚBLICOS

2005

Agente Educacional II

- Resolução 7061 de 18/11/2005
 - Posse e exercício - 8.800
 - Em espera para posse - 405 (editais 80 | 101 e 129 / 2009)
 - Perspectiva de chamamento - 1.995
- Total: 11.200

2006

Agente Educacional I

- Resolução 765 de 13/04/2007
 - Posse e exercício - 3.300
 - Prova de título e avaliação médica - 3.350
 - Perspectiva de chamamento - 2.500
- Total: 9.150

Saúde >>>

APP inicia nova etapa da sua campanha estadual de saúde

Agora, educadores aposentados e diretores de escola terão oportunidade de responder questionários específicos

A APP-Sindicato lançou, em agosto, sua Campanha Estadual de Saúde, com o tema: “**Quanto vale a saúde de um educador(a)?**”. O objetivo é mobilizar a categoria para combater o quadro de adoecimento existente e sensibilizar os governantes a respeito dos problemas desta natureza enfrentados pelos trabalhadores em Educação.

Na primeira fase, os educadores da ativa receberam nas escolas um questionário, que foi preenchido e devolvido aos Núcleos Sindicais da APP. Agora, serão distribuídos - via encarte no jornal - questionários específicos para os educadores aposentados e para as direções das escolas, estes últimos com a missão de levantar as

condições da infraestrutura existente nas unidades de ensino.

Quanto aos dados captados na primeira fase da pesquisa, eles já terão um uso prático: serão utilizados na audiência pública sobre a saúde dos educadores. A atividade será realizada no dia 15 de outubro, na Assembleia Legislativa do Paraná. Segundo o secretário de Saúde e Previdência da APP, professor Idemar Beki, tanto a coleta de dados, quanto a audiência, são marcos importantes na luta da categoria.

“Precisamos destes dados para compor um perfil da saúde destes profissionais, pois as informações que recebemos do governo são limitadas. Quanto à audiência, é bom destacar

que não vamos debater apenas a questão do atendimento via Sistema de Assistência à Saúde (SAS), mas devemos nos aprofundar nas análises e na busca de um projeto que beneficie todos os servidores”, destacou.

Ainda de acordo com Beki, cuidar do bem-estar dos educadores é uma forma de valorizar a categoria. “Quando se fala em saúde, devemos pensar em tudo o que acontece antes de se necessitar de um atendimento. Desde o número de alunos por turma até as condições da infraestrutura nas escolas. É um debate que se ramifica em várias direções e precisamos analisá-las cuidadosamente, por isto a importância dessa audiência”, afirma.



Campanha mobiliza categoria

15 de OUTUBRO:
Audiência Pública sobre a saúde do funcionalismo público

Horário: 14 horas

Local: Assembleia

Legislativa | Curitiba - PR

Nacional >>>

Em Brasília, APP cobra implementação da Lei 11.738 na íntegra

Dirigentes da APP seguem com CNTE em busca de apoio de deputados, senadores, dos ministros da educação e do STF para fazer a Lei do Piso sair do papel

Aproximadamente mil educadores de todos os estados do país reuniram-se no dia 16 de setembro, em Brasília, para pedir agilidade no julgamento do mérito da Adin 4167. O secretário adjunto de Políticas Sindicais da CNTE e também secretário de Funcionários da APP, Valdivino de Moraes, participou de toda a manifestação. Para ele, ainda é necessário um grande esforço dos profissionais da educação e de toda a sociedade para avançar na valorização dos educadores e da Educação.

Naquele dia, os trabalhadores da educação saíram do prédio do Ministério da Educação (MEC) com o dever cumprido. O ministro da educação Fernando Haddad assumiu o compromisso de cumprir as reivindicações da CNTE. Haddad se comprometeu em vincular a liberação de recursos federais dos programas do MEC a estados e municípios que implantarem o piso conforme estabelecido na Lei 11.738/08. Também respondeu à categoria que retiraria do portal do MEC o link com as orientações sobre a implementação da lei do piso a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). O novo conteúdo orientará os gestores para a implementação da lei na íntegra, conforme aprovação e sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.



A CNTE entendia que o material fortalecia a decisão do STF e dos cinco governadores que assinaram a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin 4167), inclusive o governador do Paraná, e mais os que estão incentivando e apoiando a ação, como os governadores de São Paulo e Minas Gerais. Segundo a confederação, o próprio Ministério da Educação, que tem auxiliado a Advocacia Geral da União na defesa da Lei, acabou caindo na arapuca criada por alguns gestores e passou a orientar a implementação do PSPN com base em interpretações

controversas à luz da norma e da decisão do STF. A CNTE afirma que o material não é esclarecedor sobre a aplicação integral da lei.

A outra exigência da categoria é que o ministro revogue a Resolução nº 788 de 14/08/2009, que reduz o valor do custo aluno. Os educadores solicitam que o ministro reedite a Portaria N° 221, de 10/03/2009, que definiu o valor do custo aluno em R\$ 1.350,09, dando base ao piso de 1.132,40.

Articulação - Além da reunião com o Ministro da Educação, outras três atividades foram realizadas pelos edu-

cadores em Brasília. Eles se reuniram em frente ao STF com intuito de pedir agilidade aos ministros no julgamento do mérito da Adin 4167 para garantir, conforme prevê a Lei 11.738, os efeitos integrais do piso salarial, a partir de 1º de janeiro de 2010. No auditório Teotônio Portela, do Senado Federal, as delegações estaduais foram recebidas por representantes da Frente Parlamentar em Defesa do Piso. Vários deputados e senadores manifestaram disposição em contribuir para a luta em defesa da implementação do piso. Os parlamentares estão fazendo audiências individuais com cada ministro do STF e solicitando posição favorável no julgamento da Adin.

Na manhã de 16 de setembro a direção da CNTE também foi recebida pelo presidente do PT, Ricardo Berzoini. Os educadores pediram e Berzoini assumiu o compromisso de enviar cartas a todos os governadores e prefeitos da legenda, solicitando que cumpram a lei do piso conforme a aprovação em julho de 2008.

Além de Valdivino, estiveram presente na atividade da CNTE as secretárias de Administração e Patrimônio da APP-Sindicato, Clotilde Vasconcelos, e de Assuntos Jurídicos, Áurea de Brito, bem como representantes dos 29 núcleos sindicais da APP.

Principais pontos da Lei 11.738

No jornal mural deste mês a CNTE reafirma que a decisão do STF não impede os gestores de implantarem o piso conforme os preceitos da legislação federal, podendo, inclusive, irem além.

Integralização do vencimento e não da remuneração: para a CNTE, o valor integral da remuneração (R\$ 950,00, em 2008 e R\$ 1.132,40, em 2009) sempre esteve garantido desde o início da vigência da Lei, já que apenas a composição do vencimento, e não o valor em si da remuneração, era objeto de integralização progressiva. Para 2009 previa-se 2/3 do piso como vencimento e 1/3 como remuneração.

Reajuste anual: a regra está definida no artigo 5º da Lei. A prorrogação da vigência da Lei para 1º de janeiro de 2009 não anula, na compreensão da CNTE, os efeitos da atualização monetária. A Confederação também é a favor da manutenção do mecanismo que garante aumento real do piso e, por isso, defende a vinculação dos recursos previstos nas Medidas Provisórias nº 462 e nº 464 (compensação da União às perdas com o FPM e FPE) para a educação e a saúde.

Complementação da União: a Lei estendeu a complementação federal para o Fundeb também ao PSPN (até 10% do total).

Quase 200 anos!

A lei que instituiu o piso salarial para os educadores era esperada há mais de 180 anos. Desde 1827, os trabalhadores em educação do Brasil lutam pela implementação do Piso do Magistério. Naquele ano, a promulgação da 1ª Lei Geral da Educação previu a instituição de piso para os professores das primeiras letras, de todas as Províncias do Império, entre \$300 mil e \$ 500 mil réis anuais. No entanto, o Imperador Dom Pedro I não dispôs de nenhuma ajuda financeira do Poder Central às administrações descentralizadas, e estas, alegando insuficiência de recursos, não cumpriram a Lei. Passados quase dois séculos, o Congresso Nacional aprovou,



Delegação do Paraná em frente ao MEC

após amplo debate com a sociedade, e o presidente da república sancionou, em 16 de julho de 2008, a Lei 11.738, que, finalmente instituiu o piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica.

Educacional >>>

APP finaliza etapas municipais da CONAE em todo o Estado

As etapas da CONAE no Paraná se constituíram num importante momento de debate sobre a construção de um sistema de educação nacional

A APP-Sindicato teve participação ativa nas etapas municipais da CONAE - Conferência Nacional de Educação. Das 190 conferências municipais, intermunicipais e regionais realizadas pelo estado do Paraná, palestrantes indicados pela APP (diretores estaduais e companheiros ligados à luta dos trabalhadores em educação), estiveram em 116 conferências, abrangendo 307 dos 399 municípios.

É importante destacar que a APP participou não somente indicando os palestrantes, mas da organização das conferências, tendo representantes dos 29 Núcleos Sindicais em todas as comissões municipais organizativas das etapas.

momento histórico privilegiado para reabrir o debate em torno da democratização da Educação. O conhecimento escolar então deverá estar no horizonte de todos os debates, de todas as mesas e de todos os eixos temáticos nas CONAEs municipais, estaduais e nacional. O tema da Conferência: *Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação*, vem justamente ao encontro do que os educadores precisam discutir para a articulação em torno de uma perspectiva de Educação de qualidade, com professores e funcionários de escola bem formados, bem pagos e escolas com

do conhecimento necessário à luta da categoria por uma educação de qualidade. Um exemplo é a conferência de Ponta Grossa. Ainda que com intensa intervenção do Núcleo Sindical para que a conferência daquele município fosse um espaço democrático de participação de todos, a secretaria municipal constitui uma conferência própria com a participação de 45 delegados. No mesmo NS, entretanto, a etapa municipal de Ortigueira teve 450 participantes, a de Reserva 300 e a regional de Carambeí 300, provando que a categoria tinha interesse e esteve presente.

Outros exemplos de conferências que garantiram a participação má-



Paraná - PR



Não haverá escola pública de qualidade sem dinheiro, sem a universalização do ensino, sem a formação inicial, sequencial e continuada, sem condições efetivas de trabalho, sem salários e plano de carreira para todos.

MARLEI FERNANDES DE CARVALHO
Presidente da APP-Sindicato



Infelizmente, há um ensurdecedor silêncio da mídia local sobre este acontecimento, e um ensurdecedor silêncio da mídia nacional sobre este debate tão fundamental.

JANESLEI ALBUQUERQUE
Secretaria de Educação da APP-Sindicato



Esta Conae foi muito rica, os delegados envolveram-se realmente no processo.

TAÍS MARIA MENDES
Comissão Organizadora da Conae de Curitiba

Próximas etapas da Conae

Etapa Estadual

Deverá ocorrer até o final do ano

Etapa Nacional

Data: de 28 de março a 1º de abril de 2010
Local: Brasília



A retomada das conferências de educação neste governo federal, após anos de nenhuma iniciativa para um encontro nacional de educadores por parte do governo FHC, se dá num momento decisivo da reestruturação do capital face à crise financeira iniciada nos EUA, em setembro de 2008.

Por todo o desmantelamento da Educação ocorrido nas últimas décadas, produto da adequação das políticas da Educação aos ideários mercadológicos, é urgente a retomada ainda daquelas reivindicações dos anos 1980. A CONAE se realiza num

condições adequadas de trabalho.

As etapas municipais, intermunicipais e regionais da CONAE no Paraná se constituíram num importante momento de debate sobre a construção de um sistema de educação nacional, mas também demonstrou a fragilidade da educação em muitos municípios do estado, ainda com forte presença patrimonialista e de práticas antidemocráticas. A participação da APP impulsionou muitos dos trabalhadores em educação, que nunca haviam feito o debate educacional em seu município, a iniciá-lo, apropriando-se

xima da categoria, foram a intermunicipal de Cascavel com cerca de 1300 participantes e a municipal de Curitiba, finalizada no último dia 28 de setembro, com quase mil participantes.

Por esse fato, a APP-Sindicato sente-se contemplada em ter oportunizado a instauração dos temas educacionais em diversos municípios, bem como contribuído para preparar a categoria para a necessária mudança educacional que a CONAE, tanto em sua etapa estadual ainda a realizar-se esse ano, como a nacional, tem por objetivo.

Calendário de reposição de aulas preocupa os educadores

A Direção da APP-Sindicato está em contato com a Seed acompanhando a elaboração dos calendários de reposição de aulas nas escolas do Paraná. A decisão da Seed, referendada pelo Parecer 355/2009 de 01/09/2009 do Conselho Estadual de Educação (CEE), é muito

objetiva: não se faz necessário repor os dias de aulas para completar os 200 dias letivos, visto que nos dias de suspensão de aulas, em virtude da nova gripe, as escolas permaneceram abertas. Assim, não é necessário a escola agendar dez dias de reposição.

Segundo A secretaria Educacional da APP-Sindicato, Janeslei Aparecida Albuquerque, nos cálculos elaborados para se garantir o cumprimento das 800 horas, faltam em torno de 16 horas a 20 horas a serem cumpridas, no máximo. "Portanto, calendários de reposição com oito, nove,

dez sábados que somam mais de 40 a 50 horas devem ser revistos e ajustados às horas previstas no documento já publicado pela APP-Sindicato", alerta a secretaria.

Para ver exemplos de calendários de reposição já elaborados acesse o Portal da APP-Sindicato.

[Aposentados >>>](#)

Em audiência pública, APP debate pagamento de precatórios aos servidores

A APP-Sindicato, juntamente com o mandato do deputado estadual professor José Lemos, realizou em 28 de setembro, no salão nobre da entidade, audiência pública referente ao pagamento de precatórios aos servidores públicos estaduais.

O debate sobre o tema foi levantado pela secretaria de Aposentados/as da APP diante da morosidade do pagamento dos precatórios, a qual acarreta enorme prejuízo aos aposentados. De acordo com a secretaria da pasta, Tomiko Falleiros, o direito ao recebimento destes créditos é inquestionável e os aposentados e idosos requerem urgência neste atendimento. "É necessário também considerar a questão humana e a política pública para as pessoas idosas, buscando uma proposta de emenda constitucional para dar prioridade aos pagamentos de precatórios alimentícios, cujos credores sejam aposentados, a fim de que haja consonância com o Estatuto do Idoso (Lei Nº 10.741/03)", declarou.

O advogado trabalhista Dr. Claudio Antonio Ribeiro destacou a dificuldade do relacionamento do Jurídico com o Executivo, haja vista o descumprimento na execução das decisões judiciais. Segundo ele, o dito popular "Devo. Não nego. Pago quando puder", adaptado ao "Pago quando quiser", representa a postura do Poder Executivo com relação ao pagamento dos precatórios.

PEC 395 - O coordenador e advogado do Fórum dos Servidores Públicos Estaduais, Heitor Rubens Raimundo, se posicionou contra a PEC 395/09, que utiliza o critério cronológico atual. Ele é contrário à PEC devido ao parcelamento do pagamento em até 15 anos, às vinculações à receita corrente

líquida, à proporcionalidade no pagamento à vista ou por meio de leilão.

A assessora jurídica da APP, Dra. Gisele Soares, alertou quanto à alteração na forma de correção do valor proposta pela PEC 395 (pelo índice da poupança), devido ao tempo de espera para o recebimento.

Pagamentos dos precatórios no Paraná - O representante da Secretaria de Estado da Administração e Previdência (Seap), Heitor França, informou que a dívida do Estado do Paraná com os precatórios atualmente é de 4 bilhões e 792 milhões (alimentícios e não alimentícios), deste total, 62 milhões são de precatórios de origem trabalhista (CLT). O Estado está terminando de pagar os precatórios referentes a 2007 e, a partir de outubro, inicia o pagamento dos de 2008. Entre 2008 e 2009, restam ainda cerca de 200 precatórios trabalhistas a serem pagos.

Debates na Câmara Federal e na Assembleia do PR - O deputado federal Dr. Rosinha analisou a correlação de forças no Congresso Nacional diante da necessidade de rejeitar a PEC 351/09, aprovada na CCJ, em setembro deste ano, por 35 votos a 11. Esta PEC prevê novas modalidades de pagamentos dos títulos – por leilão e por fila organizada a partir de menores valores, que passam a conviver com o critério cronológico já previsto na Constituição. O parlamentar colocou seu mandato à disposição para apresentar emendas à PEC. E salientou ainda a necessidade da mobilização dos trabalhadores nesta luta.

O deputado estadual Professor Lemos destacou que as lutas da APP em defesa dos direitos da categoria podem gerar novos precatórios, tais como correção dos valores

do RDT, média das aulas extraordinárias, entre outros.

Encaminhamentos - Acompanhando a exposição e o debate, o deputado federal Dr. Rosinha e os proponentes da audiência pública, deputado estadual José Lemos e a presidente da APP, Marlei Fernandes de Carvalho, apontaram os seguintes encaminhamentos a partir de sugestões da plenária, com mobilização permanente:

- Propor modificações na PEC 351/09 e mobilizar para obter pelo menos 171 assinaturas de adesão dos parlamentares, no prazo de 5 sessões. Essas modificações são referentes: a) aos cálculos de juros e correção monetária no valor dos créditos; b) ao pagamento de precatórios alimentícios aos idosos com 60 anos ou mais, que será prioritário e deve ser com valor integral – sem entrar na lista de ordem cronológica; c) solicitar à CNTE / Secretaria Nacional de Aposentados/as e CUT para que estas entidades reforcem, em todos os estados, a luta para que os aposentados/as/idosos/as tenham prioridade na tramitação de ações e na execução de decisões judiciais em relação aos precatórios.

No Paraná:

- A APP e o Fórum dos Servidores devem planejar ações junto às secretarias da Fazenda, Seap e Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (Seplan) para agilizar o pagamento de precatórios atrasados;

- Organizar manifestações junto ao Tribunal de Justiça do Paraná (TJ - PR) para que haja acompanhamento e controle na

execução das decisões judiciais sobre os precatórios;

- Solicitar junto ao TJ-PR a disponibilização da listagem no site de precatórios, com os devidos valores;
- Solicitar audiência com o presidente do TJ - PR;

- Formulação de emendas e mobilização para adesão dos parlamentares – mínimo de 171 assinaturas;
- Elaboração de cartazes com dados e informações sobre as mudanças propostas na PEC 351;

- Inclusão da pauta dos precatórios na mobilização do dia 15 de Outubro;
- debater o tema com políticos comprometidos com os trabalhadores;

- Fazer vigília na Assembleia Legislativa do Paraná pedindo ampliação de recursos para o pagamento dos precatórios, cuja vinculação à receita líquida é de 2% no Estado; fazer lobby em Brasília no dia da votação da PEC.

Presentes na audiência: Além dos citados, a audiência foi acompanhada pelo supervisor técnico do Dieese, o economista Cid Cordeiro, por mais de vinte secretárias/os de Aposentados/as dos Núcleos Sindicais da APP e pelos seguintes sindicatos: Sintem, Sintemar, Sindjus, Sintespo, SindSeab, Sinder, SindSaúde, Sindarspen e o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (Cedi).

[Formação >>>](#)

Módulo do Curso de Formação da APP debate os Movimentos Sociais

Foi realizado nos dia 2,3 e 4 de outubro, em Curitiba, a 3ª etapa estadual do programa de formação da APP-Sindicato, com o tema A Expressão da Filosofia da Libertaçao nos Movimentos Sociais: a proposta de escola do MST e da APP-Sindicato. O Programa é realizado em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Esta etapa contou com as presenças de Gustavo Codas, assessor de relações internacionais da presidência da República do Paraguai; do Dr. Rosinha, deputado federal e vice-presidente do Parlasul; de Dimas Florianí/UFPR e Carlos Henrique Árabe/PT; do padre Domênico de Compostela/IFIL e CEE e de Maria Arias Guevara, da Universidade de Holguin de Cuba, além de Alessandro Santos Mariano do MST, e de diretores e assessores da APP-Sindicato.

O Programa completo integra três cur-

sos ofertados para toda a categoria: "Curso de Formação Político-Sindical", "Curso para Representantes de Escolas (OLT)" e "Gênero, Etnia e Diversidade Sexual nas Escolas". Lançado em 2007 com o objetivo de formar novas lideranças sindicais, o programa é certificado pela UFPR, tem 180 horas de duração e prevê encontros presenciais de 20 horas e atividades não-presenciais também de 20 horas.

A Secretaria de Formação Sindical da APP-Sindicato considera que o projeto estimula a intervenção política no movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras da educação do Paraná, e, como consequência, melhora o nível do movimento sindical brasileiro. Os temas envolvem introdução à sociologia, teoria política, economia política, movimentos social e sindical, teoria da comunicação, análise de conjuntura, formação do estado brasileiro, entre outros. Os participantes

repassam o que aprendem aos companheiros nos núcleos sindicais, fazendo o papel de multiplicadores. Nos últimos dois anos, 3.500 educadores fizeram o curso. A

coordenação é da Secretaria de Formação da APP-Sindicato, com Maria Madalena Ames, Edmilson Feliciano Leite, Valdirene de Souza e Rosani Moreira.



>>> Participantes debateram sobre políticas sociais durante 3 dias

Municipais >>>

APP atua também junto aos professores municipais de todo o Estado

A Secretaria de Municipais da APP-Sindicato e os Núcleos Sindicais de várias regiões do Estado participaram de audiências em diversos municípios para debater os assuntos de interesse dos professores municipais. Confira as principais reuniões:

Prudentópolis - A professora Tatiana Nanci da Maia, presidente do Núcleo Sindical de Irati, Augusto Duarte e José Carlos dos Santos, assessores da Secretaria de Municipais da APP-Sindicato, estiveram reunidos em 25 de setembro com a Comissão de Representantes dos Professores de Prudentópolis em audiência com o prefeito Gilvan Pizzano Agibert, Secretário de Finanças, Rogério Thoma, Secretário de Administração, Erliton Augusto Popiu e o Secretário de Educação, Leopoldo Volanin. Nesta audiência foi apresentado o cálculo do impacto econômico e financeiro da simulação de enquadramento proposto pela categoria. Ao final ficou estabelecido que, em até 60 dias, o poder executivo analisará a proposta e dará uma resposta para a categoria.

São João do Triunfo - Nesta mesma data os representantes da APP-Sindicato participaram de outra audiência, desta vez em São João do Triunfo. Na reunião foi apresentado o cálculo do impacto financeiro da simulação de alteração da tabela de vencimentos, onde a APP-Sindicato demonstrou a existência de margem financeira e fiscal para a proposta apresentada.

Barbosa Ferraz - O professor Edilson de Paula e o funcionário Davi Ozório Bueno, do Núcleo Sindical de Campo Mourão, estiveram reunidos com a Comissão de Representantes dos Professores de Barbosa Ferraz em 23 de setembro para encaminhar a luta da categoria. O professor Edilson avalia que ficou evidente que a luta e a organização já renderam frutos, com



A Secretaria de Municipais esteve presente em reunião em Balsa Nova

o reajuste de 20% e a devolução das 20 horas extraordinárias retiradas da professora Vera Lúcia Pholmann, representante da APP no município pelo Executivo Municipal.

Ivaiporã - Após discussão e realização de Assembleia, os professores municipais de Ivaiporã se sindicalizaram à APP-Sindicato e, no dia 22 de setembro, aconteceu a primeira reunião da APP com a Comissão de Professores. A discussão girou em torno da reformulação do Plano de Carreira e foi feito um retrospecto do que já havia sido encaminhado pelos professores antes da sindicalização à APP.

São Pedro do Ivaí - A Secretaria de Municipais da APP também esteve presente em São Pedro do Ivaí. O motivo da audiência foi a reforma da carreira vigente, que terá que ser reformulada devido às mudanças na legislação. A reunião iniciou-se às 9h do dia 22 de setembro e o debate girou em torno do novo texto da lei.

Reserva - Os educadores municipais de Reserva, pertencentes ao Núcleo Sindical de Ponta Grossa, reuniram-se em Assembleia Extra-

ordinária com a APP-Sindicato para deliberar sobre a sua sindicalização à entidade. A Assembleia aprovou, por unanimidade, a sindicalização ao sindicato e a pauta de reivindicações da categoria, cujo principal item é a revisão do atual Plano de Cargo, Carreira e Remuneração (PCCR).

Cambará - A APP-Sindicato esteve reunida com a comissão de representantes e os educadores municipais de Cambará. O encontro serviu para apresentação dos princípios do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) defendido pela APP.

Balsa Nova - APP-Sindicato também participou de audiência com o Executivo Municipal de Balsa Nova. O objetivo da reunião foi encaminhar a negociação da categoria, apresentar a pauta de reivindicação, bem como criar uma comissão de representantes dos professores para reuniões de negociação com a prefeitura.

Bela Vista do Paraíso - Nessa reunião, foi realizada pela APP-Sindicato uma explanação sobre alteração da tabela vigente e o reenquadramento dos educadores em função da habilita-

ção e do tempo de serviço de cada educador. Além disso, foi feita uma análise detalhada do impacto dessa proposta nas finanças municipais, tendo como base a folha de pagamento dos educadores e as verbas da educação.

Figueira - O presidente do Núcleo Sindical de Londrina, Antônio Marcos R. Gonçalves, a secretária de municipais do Núcleo, Zélia Del'anhoe, os assessores da Secretaria de Municipais estiveram em reunião dia 21 de agosto com a Secretaria de Educação, Rozeli Maria de Oliveira, o assessor do prefeito de Figueira, Márcio Paulo de Lima e o contador do município, Geandro Cícero de Lima com o objetivo de apresentar uma proposta de reenquadramento dos Educadores em uma nova tabela de vencimentos do PCCR.

Uraí - O assessor da Secretaria de Assuntos Municipais, José Carlos dos Santos e o secretário de Imprensa e Divulgação da APP estadual, Luiz Carlos Paixão da Rocha, participaram, no dia 22 de agosto, de evento de formação realizado com os professores da rede municipal de Uraí.

Piraquara - A Associação dos Professores Municipais de Piraquara - APMP realizou no dia 26 de junho eleições pra escolha da nova diretoria e para o Conselho Fiscal da entidade. A Secretaria de Municipais acompanhou todo o processo e deu apoio aos trabalhos da comissão eleitoral. Houve consenso e a Chapa 1 "Valorização, Compromisso e Democracia pela Educação", disputou o pleito sozinha, elegendo-se para atuar pelos próximos dois anos.

Joaquim Távora - Na audiência em Joaquim Távora, a APP-Sindicato apresentou a análise e sugestões de alterações do atual Plano de Cargo, Carreira e Remuneração (PCCR) do Município e deu início ao debate sobre as alterações que a categoria almeja para reformular o atual PCCR.

Seleção para validar diplomas da Vizivali será em novembro

O processo seletivo para o curso que validarão os diplomas dos professores formados em normal superior, pelo lesde (Inteligência Educacional e Sistema de Ensino) e a Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu (Vizivali), será no dia 22 de novembro. A medida poderá beneficiar os 35 mil estudantes do curso Normal superior, que não é reconhecido pelo Ministério de Educação (MEC). Para validar o diploma e passar

a ser reconhecidos como pedagogos, os professores deverão participar de 310 horas de aula, à distância, em curso complementar, pelo Instituto Federal do Paraná (IFP).

O secretário de Municipais da APP-Sindicato, Edilson Aparecido de Paula, diz que o anúncio de que o governo vai validar o diploma dos cerca de 35 mil estudantes que concluíram o curso Normal Superior na Vizivalle é o resultado de anos de anos de trabalho e reivindicações.

A Secretaria de Municipais da APP, nestes últimos anos, tem realizado diversas reuniões com os alunos pelo interior do Estado e também viajado a Brasília para gestionar junto ao governo federal uma solução para o caso. "Foram dezenas de reuniões, audiências públicas e negociações, para que se chegasse a uma solução que não fosse prejudicial a quem se dedicou e precisa do diploma", destaca Edilson.

A expectativa agora é que os municípios

não sejam punidos por terem nomeados professores que apresentaram a declaração e não o diploma da lesde/Vizivali. A APP também enviará um documento para o TCE solicitando a interrupção de todos os processos que atinjam essa situação. Será uma garantia às prefeituras e também aos professores, para que não haja nenhuma exoneração ou mesmo venham a ter prejuízo na carreira.

Movimentos sociais >>>

Mobilizações para as Conferências de Comunicação intensificam-se no estado

A menos de dois meses da I Conferência Nacional de Comunicação, que ocorrerá no início de dezembro, em Brasília, aceleram-se os procedimentos das etapas preparatórias. Em Curitiba, a Comissão Paranaense Pró-Conferência de Comunicação se reuniu no final de setembro para debater as conferências regionais que ocorrerão no estado em outubro, além da preparação da etapa estadual.

As etapas regionais estão acontecendo em Francisco Beltrão (11/09), Foz do Iguaçu (03/10), Londrina, Pinhais, Campo Mourão e Guarapuava, Toledo, Maringá, Cascavel e Apucarana. Curitiba ainda contará com uma etapa municipal, que acontecerá em 6 de outubro.

As plenárias, os debates e os grupos de trabalho abordam diversos temas relacionados à democratização da comunicação, tais como concessões de rádio e televisão, novas tecnologias, comunicação pública

e comunitária e educação e cultura.

A Conferência Estadual está prevista para os dias 6, 7 e 8 de novembro, em Curitiba. A I Conferência Nacional de Comunicação está marcada para 1, 2 e 3 de dezembro, em Brasília.

A secretária de Políticas Sociais da APP-Sindicato, Silvana Prestes, integrante da Comissão Pró-Conferência de Comunicação, destaca que as Conferências Regionais devem ser realizadas até o dia 17 de outubro, data em que será realizada a Conferência de Curitiba e Região Metropolitana, em Pinhais. A primeira conferência preparatória paranaense, denominada I Conferência Livre de Comunicação do Sudoeste do Paraná, aconteceu dia 11 de setembro, em Francisco Beltrão, e a de Foz do Iguaçu, no dia 3 de outubro.

Além das conferências regionais, também como evento preparatório às Conferências, já foram reali-

zadas duas audiências públicas, a 2ª Jornada pela Democratização da Mídia e vários debates.



>>> Reunião preparatória à Conferência Regional de Guarapuava foi realizada dia 14 de setembro

Cronograma das Conferências de Comunicação



Comissão Paranaense
Pró-Conferência Nacional de
COMUNICAÇÃO

• Conferências Livres Municipais

Curitiba: 06/10 - Espaço Cultural dos Bancários (rua Piquiri, 380) - 18h.

Ponta Grossa: 14/10 - Grande Auditório da UEPG - 18h.

• Conferência Municipal

Londrina: 09 e 10/10.

• Conferências Livres Regionais

Foz do Iguaçu: 03/10 - Câmara dos Vereadores - 08h.

Campo Mourão: 16/10 - Fecilcam - 08h.

Guarapuava: 19/10 - Unicentro - 08h.

Pinhais: 17/10 - Secretaria de Educação (Av. Iraí 696) - 08h.

Cascavel: 17/10.

Toledo: 17/10.

Maringá: 17/10.

• Conferência Estadual de Comunicação

Curitiba: 6, 7 e 8 de novembro.

• Conferência Nacional de Comunicação

Brasília: 1, 2 e 3/12

Mais informações:

- Sobre a Conferência Estadual de Comunicação: www.proconferenciaparana.com.br

- Sobre a Conferência Nacional de Comunicação: www.proconferencia.org.br

Lideranças do movimento negro debatem Estatuto Racial na Assembleia

Na manhã de 30 de setembro lideranças do movimento social negro de todo o Estado debateram, em audiência pública no plenário da Assembleia Legislativa do Paraná, o Projeto de Lei (PL) N° 235/09, de autoria do deputado estadual José Lemos. Este PL, que diz respeito ao Estatuto da Igualdade Racial no Estado do Paraná e o de N° 036/09, que cria o feriado estadual da Consciência Negra no dia 20 de novembro em homenagem ao aniversário da morte de Zumbi dos Palmares, bem como outros temas de temática étnicoracial foram amplamente discutidos.

Audiência no STF - O representante da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Sepir), Humberto Adami Santos, informou aos presentes que o Supremo Tribunal Federal (STF) irá realizar uma audiência pública sobre ações afirmativas em março de 2010 para que possam julgar as políticas públicas que delas provêm. E convocou as lideranças presentes para fazer a inscrição no período entre 1 a 30 de outubro, no endereço eletrônico acaoafirmativa@stf.jus.com.br, para levar para este evento as experiências do Pa-

raná na implementação de políticas de promoção da igualdade racial.

Principais pontos do PL N° 235/09 - O secretário de Imprensa e Divulgação da APP, Luiz Carlos Paixão da Rocha, destacou os principais pontos do PL N° 235/09 (Estatuto Racial do Paraná). Entre os principais pontos do documento citou a criação do Conselho Estadual da Igualdade Racial, que tratará de políticas públicas para a população negra do Paraná; a instituição de um fundo para garantir recursos para a aplicação dessas políticas; o estabelecimento de uma ação de Estado para a área da saúde da população negra, a criação de uma assistência jurídica que atue no processo de titulação de terras para a população quilombola, a dobra da reserva de vagas em 20% nos concursos públicos e, entre outros, medidas para melhorar o acesso da população negra ao mercado de trabalho.

Comissão - Após a audiência, foi criada uma comissão composta por representantes das entidades do movimento negro que estiveram presentes no evento. O objetivo da comissão, que contará com dois representantes do mandato do deputa-



A audiência pública discutiu o instrumento legal destinado a definir princípios e estabelecer diretrizes para a elaboração e a execução de políticas públicas para o combate à discriminação da população negra, indígena e outras etnias

do Lemos e dois representantes de entidades por município, é acatar as sugestões de todas as entidades presentes na atividade de hoje e analisar os projetos propostos na assembleia cujas temáticas estejam vinculadas à questão racial.

A audiência reuniu representantes de 53 entidades e foi acompanhada pelos secretários/as da APP: Silvana Prestes, Clotilde Vasconcelos, Lirani Maria Franco, José Ricardo Correa e Mariah Seni.

[Movimento sindical >>>](#)

Cut organiza 6ª Marcha da Classe Trabalhadora

A CUT propõe às demais centrais sindicais o dia 11 de novembro para a realização da Marcha, mobilização que deve contar com amplo envolvimento do conjunto das categorias cutistas

A 6ª Marcha da Classe Trabalhadora organizada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) em conjunto com as demais centrais sindicais terá como principal reivindicação a aprovação da PEC 231/95, que implementa a Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salários e amplia para 75% o valor das horas extras. A mobilização da classe trabalhadora, que integra a campanha pela Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salários, acompanhará a tramitação desta PEC no Congresso Nacional.

Na pauta conjunta das Centrais Sindicais também está a aprovação do PL 01/07 que efetiva a política de valorização do salário mínimo, a ratificação das convenções 151 e 158, a aprovação da PEC 438 contra o

trabalho escravo, pela retirada imediata do PL 4302/98 e do PL 4330/04 (terceirização) e em defesa do marco regulatório do pré-sal.

Forte pressão – Segundo a CUT, há um indicativo para que a votação da PEC 231/95 possa ocorrer no final do mês de outubro. Para tanto, a central afirma que isso só ocorrerá se houver uma forte pressão das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Para o secretário de Finanças da APP-Sindicato e Secretário de Imprensa da CUT-PR, Miguel Baez, a votação da PEC é necessária e urgente, tanto para o país como para a classe trabalhadora. "A importância da redução da jornada sem redução de salários implica na melhoria das condições de vida dos trabalhadores que dela vem

a usufruir. Além disso, promove de forma imediata a ampliação de vagas de empregos", destacou.

Campanha pela Redução da Jornada – Até o dia 11 de novembro a CUT irá ampliar a Campanha pela Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salários dialogando com entidades dos movimentos populares; promoverá debates com a sociedade, nas Assembléias Legislativas, nas Câmaras Municipais e outros espaços, sobre os benefícios da redução da jornada. Além disso, realizará atos públicos em frente às entidades patronais (Federação da Indústria, Federação do Comércio e outros) denunciando a intransigência patronal e as mentiras que estão veiculando sobre a redução da jornada.

"REDUZ PRA 40 QUE O BRASIL AUMENTA"

O que a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução de salários, representa para a classe trabalhadora e para o Brasil?

Altera a extensa jornada normal de trabalho - No Brasil, é uma das maiores no mundo: 44 semanais desde 1988.

Reorganiza o ritmo do trabalho - O tempo de trabalho total está cada vez mais intenso em função de diversas inovações técnico-organizacionais implementadas pelas empresas (como a polivalência, o just in time, a concorrência entre os grupos de trabalho, as metas e a redução das pausas). A implementação do banco de horas também contribui para essa intensificação, pois, nas horas de pico, os trabalhadores são chamados a trabalhar de forma intensa e nas horas de baixa demanda são dispensados do trabalho.

Preserva a saúde dos trabalhadores - Em função

das jornadas extensas, intensas os trabalhadores estão cada vez mais doentes (estresse, depressão, hipertensão, distúrbios no sono e lesão por esforços repetitivos, por exemplo).

Fortalece a economia brasileira - Nos últimos cinco anos o país apresenta crescimento econômico com perspectivas positivas para os próximos anos; a inflação tem variações moderadas desde 2003; a economia encontra-se relativamente estabilizada (diminuição das taxas de inflação, equilíbrio na balança de pagamentos, superávit primário, crescimento econômico e outros.). A redução da jornada de trabalho é uma política de geração de postos de trabalho com baixo risco monetário.

Redução representa baixo percentual dos salários nos custos de produção - Conforme dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em 1999, a participação dos salários no custo da indústria de transformação era de 22%, em média. Fazendo as contas, uma redução da

jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais (de 9,09%) representaria um aumento no custo total de produção de apenas 1,99%. Este percentual é irrisório se considerar que o aumento da produtividade da indústria, entre 1990 e 2000, foi de 113% e que, nos primeiros anos do século XXI, os ganhos de produtividade foram de 27%. Portanto, o grande aumento de produtividade alcançado desde 1988 (última redução da jornada de trabalho no Brasil) leva a um pequeno aumento de custo gerado pela redução da jornada de trabalho.

Contribui para a distribuição de renda - A redução da jornada de trabalho é uma das formas de os trabalhadores se apropriarem dos ganhos de produtividade, logo, é um dos instrumentos para a distribuição de renda no país.

Veja mais informações em:
www.40horasja.cut.org.br

Fonte: Nota Técnica nº 66 - Abril 2008 - Argumentos para a discussão da redução da jornada de trabalho no Brasil sem redução do salário - DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

Campanha do Pré-Sal é intensificada em todo o País

Os movimentos sociais estão intensificando o debate com a sociedade e os parlamentares em Brasília e nos estados do país para sensibilizar o Congresso Nacional em relação às propostas defendidas pelos trabalhadores no Projeto de Lei 5891/2009. O PL construído pelos movimentos sociais foi apensado ao Projeto de Lei apresentado pelo governo federal para o novo modelo de exploração do pré-sal. As propostas serão, portanto, analisadas conjuntamente na Câmara dos Deputados. No dia 8 de outubro haverá Audiência Pública no Senado, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O projeto dos movimentos sociais defende a transformação da Petrobrás em empresa pública, a garantia da destinação das receitas geradas pela atividade econômica para o combate às desigualdades sociais, o cancelamento dos leilões das áreas petrolíferas, retomada das áreas (29%) do Pré-Sal já leiloadas e desenvolvimento de novas matrizes energéticas, limpas e renováveis com os recursos do Pré-Sal. No Paraná, o Comitê paranaense da campanha "O petróleo tem que ser nosso" realiza reuniões semanais, no Centro Che, em Curitiba, todas as sextas-feiras às 9h. Para debater o tema da

campanha e as formas de ampliá-la para o interior do Estado, o comitê convida toda a comunidade para participar das reuniões.

A secretária de Políticas Sociais da APP-Sindicato, Silvana Prestes, destaca que o debate é importante para fortalecer os ideais da campanha, contribuindo para que os lucros obtidos com o petróleo brasileiro fiquem no país e sejam revertidos, principalmente, em educação, saúde e políticas públicas.



>>> Dirigentes da APP e representantes dos movimentos sociais presentes na reunião na Assembleia

Audiência em Curitiba - A APP-Sindicato participou da Audiência Pública sobre o Pré-Sal - o novo marco regulatório enquanto instrumento de controle estatal, realizada dia 21 de setembro, na Assembleia Legislativa. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, fez a abertura do evento.

O ministro destacou a criação do Fundo Social, que deverá gerenciar parte dos recursos do Pré-Sal, voltados especificamente para o desenvolvimento de cinco áreas: cultura, meio ambiente, ciência e tecnologia, educação e combate à pobreza.

Movimentos Sociais - Representantes dos Movimentos Sociais lembraram da importância da suspensão dos leilões do Pré-Sal e da abertura dos debates para a mudança na legislação. Segundo o Projeto dos MS, o Fundo Social terá que ter controle público e as verbas deverão ser vinculadas. Além disso, o projeto propõe que se integre ao Fundo a saúde, a previdência, a moradia e a reforma agrária. Também propõe que a Petrobrás tenha 100% do seu capital social nas mãos da União e que os royalties sejam limitados em 5% da receita, também com vinculação.

Para saber mais acesse: www.presal.org.br

Educadores do NS Curitiba Norte estão à frente do Moto Clube da APP

Desde o início do primeiro semestre deste ano a APP conta agora com um Moto Clube. A iniciativa da criação do mesmo foi de um grupo de educadores ligado ao Núcleo Sindical Curitiba Norte. Segundo um dos idealizadores, Luiz Felipe Nunes de Alves, o objetivo é reunir a categoria por meio de uma atividade que envolva aventura e lazer. Para tanto, os integrantes realizam encontros quinzenais para fazer o planejamento e debater roteiros de viagens, que ocorrem mensalmente. Levando a bandeira da APP, os educadores motoclubistas já estiveram presentes em Ponta Grossa, Paranaguá, Estrada Bonita (Garuva), Morretes, entre outros locais.



>>>

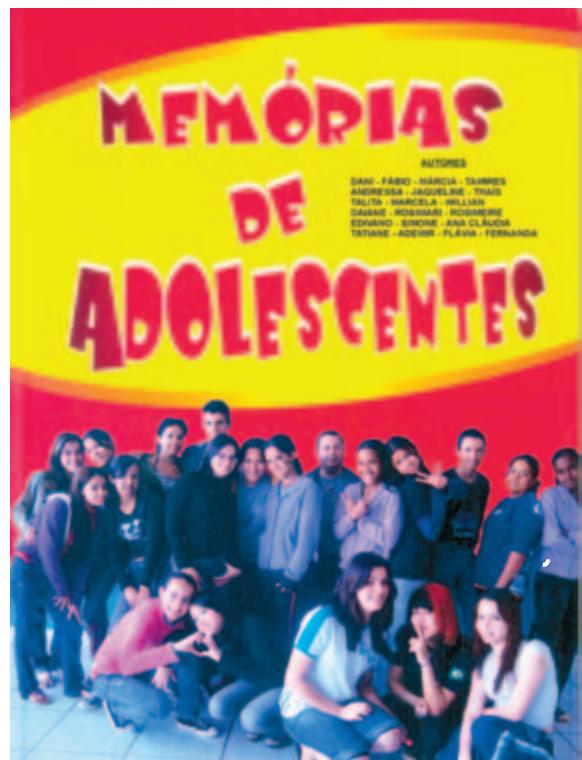


Para aderir a esse movimento é preciso entrar em contato com Luiz Felipe ou Dílson Dante Dal Negro, ambos do NS Curitiba Norte, Oberdan Leonel, do Núcleo Sindical Curitiba Sul ou ainda com Silvana Prestes, da direção Estadual da APP-Sindicato.

Passeios realizados pelos educadores motoclubistas

Livro traz relatos de alunos sobre a adolescência

Fruto de uma ação desenvolvida pela professora de Língua Portuguesa Maria Sílvia Gonçalves Peternelly, do Colégio Estadual de Corumbataí



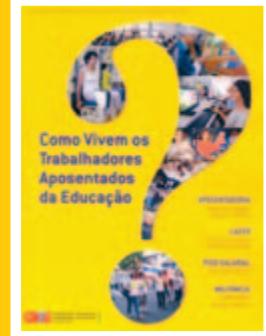
do Sul, o livro "Memórias de Adolescentes" traz relatos de 20 alunos dos Ensinos Fundamental e Médio. O objetivo da experiência, desenvolvido este ano através do projeto "Viva a Escola", era estimular os estudantes a produzir narrativas baseadas em suas próprias vivências.

O resultado, no entanto, superou as expectativas. O livro virou sucesso na cidade e a professora já trabalha numa nova edição. E se houver qualquer preconceito por parte do leitor sobre o tema e textos, estes cairão por terra logo após a leitura da primeira resenha, intitulada "Rejeição: um dos males da sociedade". A autora, de forma simples e dolorida, conta a história (já vivida por tantos) da menina que não se acha bonita e é rejeitada, e humilhada, por um colega. E não é filme da Sessão da Tarde...

Os textos seguintes também são recheados pelo mesmo alto teor de emoção, e quem um dia já foi adolescente sente-se, certamente, retratado nas páginas. E até para relembrar os sentimentos de então, vale a pena a leitura. Para obter mais informações, o e-mail da professora é: mariasilviapeternelly@hotmail.com

CNTE lança a Revista: Como Vivem os Trabalhadores Aposentados da Educação

O Estatuto do Idoso completou seis anos dia 1º de outubro, data em que se comemora também o Dia Internacional do Idoso. No documento, estão previstos todos os direitos que asseguraram saúde, lazer e bem-estar aos cidadãos com mais de 60 anos. Atendimento preferencial; desconto em teatros, cinemas, espetáculos e jogos de futebol; passe livre em ônibus urbano, intermunicipal e interestadual, são algumas conquistas previstas na Lei nº 10.741/03 que criou o Estatuto. Apesar de a lei estar há seis anos em vigor, muitos idosos desconhecem seus direitos. Informações sobre o Estatuto, características pessoais dos trabalhadores aposentados, perfil econômico, condições de saúde, perspectivas da sexualidade e do lazer, trajetória profissional até a aposentadoria e também as militâncias sindical, social e política fazem parte da Revista "Como Vivem os Trabalhadores Aposentados da Educação?", lançada pela CNTE. Veja a cartilha no site da APP: www.appssindicato.org.br.



Colônias de Férias: inscrições até o dia 27 de outubro

As inscrições para a temporada 2009/2010 das Colônias de Férias da APP-Sindicato acontecem até o dia 27 de outubro. Os interessados devem procurar o núcleo sindical da sua região e fazer a inscrição para participar de um sorteio, que ocorrerá no dia 30. O sindicalizado poderá se inscrever para as duas colônias, Guaratuba ou Itapoá, simultaneamente. As inscrições devem ser feitas pessoalmente ou por telefone. Informações sobre valores e documentação necessária estão disponíveis nos núcleos e o sorteio será realizado nos mesmos.